

Inovação, ODS e Gestão Judiciária no CNJ

Professores

Maria Tereza Uille Gomes

Professora

João Carlos Murta Pereira

Adriene Domingues Costa

Professores Assistentes

Ementa do Curso

A criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela Emenda Constitucional n. 45/2004, como um órgão da estrutura do Poder Judiciário para exercer o controle administrativo e financeiro, não jurisdicional, responsável por zelar pela autonomia e pela observância dos princípios que regem a Administração Pública, em especial, o princípio da eficiência, constituiu um marco histórico emblemático no processo de modernização da gestão.

Compete ao CNJ elaborar relatórios estatísticos sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, e, anualmente elaborar relatório propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Poder Judiciário do País e as atividades do Conselho, cuja mensagem o Presidente do Supremo Tribunal Federal remete ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

*Com o CNJ, a Administração Judiciária vem deixando de ser um modelo de gestão burocrática para se tornar um modelo gerencial, priorizando o planejamento estratégico e estabelecendo formas de **accountability**.*

Nesse novo modelo, o Plenário do Conselho, a Presidência e a Corregedoria Nacional, com a participação dos Tribunais do País e do corpo técnico, têm editado Resoluções e atos normativos relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, com metas e indicadores, com vistas a contribuir para a implementação de políticas públicas judiciais e melhorar a aplicação do princípio da eficiência, visando dar maior efetividade aos direitos e garantias fundamentais.

Ainda assim, apesar dos quase 15 anos de criação do CNJ, não há um grande número de trabalhos sobre a Administração da Justiça no país, o que dificulta inovações e discussões sobre os principais desafios enfrentados pelos gestores do Poder Judiciário.

Nesse sentido, buscando ampliar as discussões sobre o tema, a disciplina apresentará a relação entre Declaração Universal dos Direitos Humanos, Carta da ONU, estrutura orgânica da Constituição Federal, desenvolvimento, políticas públicas e plano de ação com metas e indicadores mensuráveis. O que são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e como se relacionam com as ações do Poder Judiciário. O que é o Conselho Nacional de Justiça e o contexto histórico de sua criação. Competência constitucional. Análise do Relatório Anual que propõe providências sobre a situação do Poder Judiciário e do CNJ no País. Publicações oficiais do CNJ. Organograma. Estrutura de funcionamento. Regimento Interno. Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Metas e Indicadores. Avaliar se as Metas Nacionais do Poder Judiciário e seus indicadores estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, Agenda Global 2030 aplicável a mais de 190 Países e com as bases de Administração Judiciária e Políticas Públicas Judiciais. O que é inovação no Poder Judiciário.

Carga Horária

40 horas

Datas dos Encontros

- 10 e 11 de maio
- 24 e 25 de maio
- 7 e 8 de junho
- 28 e 29 de junho

Horário

Sexta: 14h/17h30

Sábado: 9h/12h30

O que são Centros de Inteligência no Poder Judiciário. Laboratórios de Inovação, Inteligência e ODS. Como o Conselho Nacional de Justiça pode inovar, de forma horizontal, e aperfeiçoar o modelo de gestão judiciária para interagir com o Sistema de Justiça e órgãos governamentais e não governamentais por meio da agenda global 2030. Palavras chave de políticas públicas relacionadas aos 17 ODS: pobreza, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água, energia, trabalho, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, consumo, mudança global do clima, vida na água, vida na terra, paz, justiça e instituição eficazes, segurança pública, sistema prisional, combate a corrupção, redução da violência, saúde, finanças e parcerias.

Objetivos do Curso

Apresentar o funcionamento do CNJ e suas iniciativas, discutir inovação, aplicação de instrumentos de design, canvas, Business Intelligence e tecnologias capazes de melhorar o diálogo do Conselho Nacional de Justiça com os órgãos do Poder Judiciário e com os órgãos governamentais e não governamentais, com vistas a aumentar a eficiência da administração judiciária, aprimorar suas metas e indicadores e aproximar a Justiça do cidadão, garantindo-lhe, com maior celeridade, a efetivação de direitos e o princípio da dignidade da pessoa humana. Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos nos órgãos do Sistema de Justiça brasileiro e em suas atividades.

Metodologia de Ensino

A disciplina será ministrada com exposições dialogadas, pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica, laboratórios de inovação e pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada visa resolver ou encaminhar a solução de um problema prático, relacionado a implementação de um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Global 2030, envolvendo a participação do CNJ, a partir de um estudo de caso. É fundamental a leitura dos textos indicados nas leituras obrigatórias de cada módulo. Leituras complementares são aconselháveis a partir de interesses específicos dos alunos.

Forma de Avaliação

A avaliação será estruturada em 3 atividades: participação efetiva nas aulas práticas em formato de Laboratórios de Inovação. Seminário individual ou em grupo, realizado durante o curso, com a identificação do problema a ser resolvido, relacionado a um dos 17 ODS e a uma das competências do CNJ, e a apresentação de um plano de ação com resultados concretos. Elaboração de artigo individual ou em grupo para publicação digital a ser entregue até o dia 8/07/2019.

- *Participação no Laboratório de Inovação: 35%*
- *Seminário – Elaboração e apresentação: 15%*
- *Artigo Individual ou em grupo para publicação em livro digital: máximo 3 mil palavras sobre um dos temas discutidos em sala de aula. Peso: 50%*

A nota mínima para aprovação é 6.

Míni Currículo do Corpo Docente

Maria Tereza Uille Gomes

*Conselheira Nacional de Justiça do CNJ indicada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, biênio 2017/2019. Coordenadora do Comitê Interinstitucional, instituído pela Presidência do CNJ, para tratar dos ODS Agenda 2030 no CNJ. Doutora em Sociologia pela UFPR. Mestre em Educação pela PUCPR. Especialista em Direito Processual Penal pela PUCPR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Romeu Bacelar. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professora Titular do Mestrado em Direito da Universidade Positivo. É Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Pública. Foi Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Foi Diretora Presidente da JUSPREV. Foi membro do Ministério Público do Estado do Paraná, Presidente da APMP, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná. Autora do livro *Direito Humano a Educação e Políticas Públicas* e da tese de doutorado intitulada *Políticas Públicas e Ministério Público*. Co-organizadora dos livros *Vozes do Cárcere – Paz e Não Violência – em busca de um novo modelo de gestão*.*

João Carlos Murta Pereira

Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2018). Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006) e pós-graduação em Direito Público pela Universidade Candido de Mendes do Rio de Janeiro (2009). Foi Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), no qual foi Gestor Nacional do Programa Começar de Novo, bem como participou de diversos Mutirões Carcerários realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É Analista Judiciário do CNJ desde 2009 e hoje atua como Assessor Chefe de Gabinete de Conselheiro.

Adriene Domingues Costa

Mestre em Administração Pública pelo IDP/EAB e pós-graduada em Direito Empresarial pelo IEC (PUC/MG). Graduiu-se na PUC/MG em 1997. Trabalhou de 2002 a 2007 no Ministério Público de Minas Gerais, onde atuou na área de Direitos Coletivos. Atuou no Conselho Nacional de Justiça - CNJ de 2007 a 2018 e hoje atua como Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Módulo I (10 e 11 de maio)

Conselho Nacional de Justiça – Fundamentos sócio jurídicos sobre o papel do Poder Judiciário. ODMs e ODS. Missão e Valores do CNJ. CNJ na Constituição Federal. Organograma.

Criação, principais órgãos do CNJ (Comissões permanentes, Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Secretaria Especial de Projetos (SEP) e Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF).

Principais Programas do CNJ - Justiça em Números, CNJ em Números, Gestão estratégica, Projetos e Programas do CNJ.

Leituras Obrigatórias

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Artigo 103-B.

Carta das Nações Unidas. (ONU). 1945. Disponível em <http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Portaria Conjunta n.º 133 de 2018. Institui Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030**. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/portaria/portaria_148_20112018_22112018122206.pdf.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Portaria Conjunta n.º 148 de 2018. Designa membros do Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Relatório Anual de 2018**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2019/02/fcb274f654e0bfb172c28bdc530ee7b2.pdf>.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 67 de 3 de março de 2009**. Aprova o Regimento Interno do CNJ e dá outras providências. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2755>>.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 198 de 1 de julho de 2014**. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2029>.

COSTA, A. D. **As Corporações na Administração da Justiça – A Dinâmica dos Movimentos Associativos a Magistratura no CNJ**. Dissertação de Mestrado. IDP. 2018.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (ONU). 1948. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

MENDES, G. F. e outros. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Fundamentos, processo e gestão. Brasília: 2016. Editora Saraiva. Artigos. Gomes, Maria Tereza Uille. O CNJ e a *accountability* na Execução Penal (p. 419).

SAMPAIO José Adércio Leite. **O Conselho Nacional de Justiça e a Independência do Judiciário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 240.

Leituras Obrigatórias

FRAGALE FILHO, R. **Conselho Nacional de Justiça: desenho institucional, construção de agenda e processo decisório. Dados**, v. 56, n. 4, p. 975-107, 2013.

RENAULT, Sérgio Rabello Tamm. **A reforma do poder judiciário sob a ótica do governo federal**. Revista do Serviço Público, Brasília (DF), n. 56 (2): ENAP, 2005.

SADEK, M. T. **CNJ: impactos no Judiciário e na sociedade**. In: Stoco, Rui; Penalva, Janaína. (Org.). Dez Anos de Reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça. 1ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 293-312.

Leituras Complementares

ASENSI, F. D. e. PINHEIRO, R. **Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiência**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. 2015. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/6781486daef02bc6ec8c1e491a565006.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Justiça em números 2017: ano-base 2016**. Brasília: CNJ, 2017)

BARROSO, L. R. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Revista Direito do Estado, ano 4, n. 13, p. 71-91, jan-mar. 2009. (Texto 2)

Acórdão 1787/2017 – TCU – Plenário. Processo 009.253/2015-7.
<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvlVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultaPagina=S&item0=575330>

Módulo II (24 e 25 de maio)

01) Formulação de Políticas Judiciárias e Controle da Administração

- a) Teoria da Política pública aplicada ao Judiciário;
- b) Conceito de Política Pública Judiciária;
- c) O caso do Censo e das Cotas no Poder Judiciário.
- d) Descontinuidade de Políticas Públicas
- e) O caso dos Mutirões Carcerários

02) Procedimentos em espécie;

- a) Julgamentos Emblemáticos:
 - A1) - Nepotismo (Resolução 07 e Enunciados Administrativos);
 - A2) Posicionamento na carreira, critérios (Resolução 106);
 - A3) Competência Disciplinar do CNJ (Resolução 135);
 - A4) Priorização do Primeiro Grau (Resolução 194 e 195);

Leituras Obrigatórias

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Artigo 103-B.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 97 de 18 de 10 de março de 2005**. Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=187>

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 67 de 3 de março de 2009**. Aprova o Regimento Interno do CNJ e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2755>>.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 106 de 6 de abril de 2010**. Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2020>

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 135 de 13 de julho de 2011**. Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=95>

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 194 de 26 de maio de 2014**. Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2020>>.

Leituras Obrigatórias

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 195 de 3 de junho de 2014**. Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2022>

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Resolução n.º 203 de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura, DF, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2203>

MENDES, G. F. **Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão**. São Paulo: Saraiva, 2016.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública, seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Campus, 2013. Cap. 1, 2 e 6.

ROBL FILHO, I. R. **Conselho Nacional de Justiça: estado democrático de direito e accountability**. São Paulo: Saraiva, 2013.

Leituras Complementares

BUCCI, M. P. D. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 39.

FALCÃO, J.; LENNERTZ, M.; RANGEL, T. A. **O controle da administração judicial**. Revista de Direito Administrativo, v. 250, p. 102-121, jan. 2009.

Ferreira, A. O.; Murta, J. ; Monteiro, V. A. O Processo Administrativo Disciplinar no CNJ: Elementos Teóricos e Práticos.

Pereira, J. C.M. Análise das Iniciativas Implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça no Sistema de Execução Penal. Dissertação Mestrado. IDP. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/pesquisador-aponta-descontinuidade.pdf> . Pág. 39-59

Módulo III (7 e 8 de junho)

O que são Centros de Inteligência no Poder Judiciário. Laboratórios de Inovação, Inteligência e ODS. Como o Conselho Nacional de Justiça pode inovar, de forma horizontal, e aperfeiçoar o modelo de gestão judiciária para interagir com o Sistema de Justiça e órgãos governamentais e não governamentais por meio da agenda global 2030.

Trabalhos desenvolvidos por órgãos e entidades federais e as expectativas das Instituições com relação ao Poder Judiciário no alcance dos ODS.

Exercício Final

Elaboração de um artigo individual ou em grupo para publicação em livro digital: máximo 3 mil palavras sobre um dos temas discutidos em sala de aula. Data para entrega: 8/7/2019

Leituras Obrigatórias

CAVALCANTI, Carolina Costa; FILATRO, Andrea. Design thinking na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo: Somos educação e Saraiva, 2017. 253p.

Leituras Complementares

GOMES, Maria Tereza Uile. Políticas Públicas e Ministério Público. Tese de Doutorado. UFPR, 2011. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/28014/R%20-%20T%20-%20MARIA%20TEREZA%20UILE%20GOMES.pdf?sequence=1>.

SCHERER, Felipe Ost; CARLOMAGNO, Maximiliano Selistre. **Gestão da inovação na prática**: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016

ALMEIDA, Alivinio et al. **Inovação e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

JOHNSON, Steven. **Como chegamos até aqui**: a história das inovações que fizeram a vida moderna possível. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CAVALCANTE, Pedro (Org.) et al. **Inovação no setor público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Enap, Ipea, 2017. 266 p. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/000021/00002177.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

COUTINHO, Diogo Rosenthal; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon Bezerra (Org.). **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017. 339 p. ISBN 9788580392821 (e-book). Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/000021/000021b7.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GIORDANO, Carlos Vital. O desempenho dos projetos por meio de indicadores. In: TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo (org.). **Inovação em gestão de projetos na administração pública**. Rio de Janeiro : Brasport, 2013. p. 61-67.

Leituras Complementares

GONÇALVES, Luiz Claudio; MARTINO, Marcello de. O impacto do escritório de projetos no planejamento das organizações públicas. In: TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo (org.). **Inovação em gestão de projetos na administração pública**. Rio de Janeiro : Brasport, 2013. p. 27-35.

HAGAN, Margaret. **Law by design**. 2017. Disponível em: <<http://www.lawbydesign.co/en/home/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (Coord.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**: a intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017.

MARTIN, Roger. **Design de negócios**: por que o design thinking se tornará a próxima vantagem competitiva dos negócios e como se beneficiar disso. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

MELO, Adriana; ABELHEIRA, Ricardo. **Design thinking & thinking design**: metodologia, ferramentas e reflexões sobre o tema. São Paulo: NOVATEC, 2015.

PINHEIRO, Tennyson; ALT, Luis. **Design thinking Brasil**: empatia, colaboração e experimentação para pessoas, negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011

TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo (Org.). **Inovação em gestão de projetos na administração pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

LUPTON, Ellen (Org.). **Intuição, ação, criação**: graphic design thinking. São Paulo: G.Gili, 2013.

ANTHONY, Scott D. et al. **Inovação para o crescimento**: guia prático e funcional : ferramentas para incentivar e administrar a inovação. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2010.

MARTIN, Paul (Org.). **Making space for creativity**. Brighton, UK: University of Brighton, 2010.

SILVA, Maurício José Vianna e et al. **Design Thinking**: inovação em negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

AGUNE, Roberto Meizi et al. **Gestão do conhecimento e inovação no setor público**: dá pra fazer. São Paulo: Secretaria de planejamento e desenvolvimento regional, 2014. 167 p. ISBN 9788572851503. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00001a/00001ac4.pdf>>. Acesso em: 22/3/2019.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. **Políticas Inovadoras em Gestão no Brasil**. Brasília: Consad, 2010. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00001a/00001ac6.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GONÇALVES, Rachel Kerber; OLIVEIRA, Janaina Mendes de. **Inovação na Administração Pública**: análise das experiências premiadas no concurso inovação na gestão pública federal nos anos 2011-2014. Curitiba: PROFIAP, 2016. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00001a/00001adc.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TARRAGÓ SANFELIU, Daniel; BRUGUÉ TORRUELLA, Quim; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **La administración deliberativa**: de la eficacia y la eficiencia a la inteligencia, y de la burocracia a la innovación. Brasília: Cepal, Ipea, 2015. (Textos para Discussão CEPAL- IPEA 58). Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/000020/0000209e.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.



Módulo IV (28 e 29 de junho)

Seminário Poder Judiciário e os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Primeira parte: Realização do Laboratório de Inovação. Agenda 2030. Poder Judiciário e os 17 objetivos de Desenvolvimento.

Segunda Parte: Elaboração e apresentação.

.

Exercício

No primeiro dia, os alunos serão divididos em grupo em formato de laboratórios de inovação e utilizarão as ferramentas *Design Thinking* para implementar um dos ODS na agenda do Poder Judiciário.

Por fim, no segundo dia, os grupos elaborarão uma apresentação em Power Point e apresentarão suas propostas em forma de seminário.

Exercício Final

Elaboração de um artigo individual ou em grupo para publicação em livro digital: máximo 3 mil palavras sobre um dos temas discutidos em sala de aula. Data para entrega: 8/7/2019